

# **Instabilidade conjugal e classes populares: percepções sobre agência feminina e parentesco na Grota dos Puris<sup>1</sup>**

Gerliani de Oliveira Mendes (UFJF, MG)

Palavras chave: parentesco, instabilidade conjugal, agência feminina

## **Introdução**

A partir de etnografia da comunidade da Grota dos Puris, realizada no mestrado<sup>2</sup>, venho explorar algumas possibilidades de analisar o parentesco pela agência feminina, focando sua margem de autonomia dentro das relações de gênero e poder. Para significar a ideia de instabilidade conjugal, comumente atribuída às classes populares, proponho uma breve reflexão que considera que há uma relação entre a solidez conjugal e a estabilidade de mulheres que já chefiaram família, na esfera financeira, emocional e sexual. Estas duas possibilidades de vida, da conjugalidade ou o chefiamento de família, para mulheres de classes populares, podem nos ajudar a pensar sobre algumas discussões da instabilidade conjugal e pluripaternidade.

Apresento como estas mulheres subvertem o valor da consanguinidade nas relações com a prole nos recasamentos, através de enfrentamentos próprios da comunidade, na busca por autonomia feminina, dentro de um quadro em que sua participação na manutenção doméstica é intensa. Os dados apresentam uma organização feminina, entre cumadres, vizinhas e parentes, que busca dar conta dos cuidados com as crianças e do apoio material pela dádiva.

## **Parentesco e seu caráter processual**

A construção do parentesco nas sociedades modernas apresenta características diversas referentes à um contexto onde temos tecnologias de reprodução, mecanismos de adoção transnacional e possibilidades infinitas de significar o biológico. Além disso, contamos com diversas configurações diferentes da familiar nuclear, e também com um recorte de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB

<sup>2</sup> Dissertação defendida em 2016. A etnografia apresenta a comunidade, onde nasci e fui criada, por uma tríade Dádiva, parentesco e magia, buscando conhecer a comunidade pela sua prática de trocas. Aqui foco em alguns dados sobre parentesco.

classe. Os dados que coletei em 6 meses de campo numa comunidade periférica de Juiz de Fora, MG, podem enriquecer a discussão de como se dá o caráter processual de agrupamento familiar.

Campo de estudo iniciado por Lewis Morgan (Sistemas de consanguinidade e de afinidade na família humana, 1871), o sistema de parentesco teve como ponto de partida a consanguinidade. Este modo de percebê-lo passou por questionamentos, já que os motivos dos laços apresentava variáveis em diferentes culturas. Nesta trajetória, os estudos seguintes buscam responder como o parentesco é construído em outros aspectos. Tendo em vista este ponto da discussão, adoto a perspectiva de Janet Carsten (2004), que percebe o parentesco como algo processual, construído através da relacionalidade [relatedness]. Sendo isto um processo em que as pessoas criam diferenças e semelhanças entre si, o parentesco não é “dado” de antemão. Há sempre uma forma de sociabilidade que atualiza o laço parental. Essa concepção processual se diferencia de uma visão do parentesco como estrutura e permite-nos valorizar o vivido das pessoas e sua adesão ou não à estrutura.

Carsten observa que sempre terá uma contrapartida biológica pra uma obrigação social, não sendo possível tratá-los como coisas separadas (2004, p.80). Na Grota dos Puris, comunidade de Juiz de Fora, Zona da Mata mineira, a relação com a consanguinidade é bastante ambígua, provocando rupturas na estrutura deste valor social da legitimidade parental pela substância sangue. E a forma como as mulheres lidam com os recasamentos e cuidados com as crianças impacta diretamente nestes valores estruturais.

### **Solidariedade feminina e cuidado com as crianças**

No processo em que se criam semelhanças e diferenças, o gênero aparece como um aspecto importante para se tratar de parentesco e, segundo Janet Carsten, ambos estão inextricavelmente ligados. A autora diz que os estudos de gênero, parentesco e os movimentos feministas se desenvolveram concomitantemente, um se alimentando do outro.

Na antropologia, estudar parentesco significou tratar também de hegemonia, poder e gênero, nos movimentos feministas, falar de gênero era tratar da mesma dicotomia presente na antropologia, natureza - cultura, para desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres. Para os estudos de parentesco, onde o gênero estava implícito, a mesma questão

se coloca ao se perceber que a natureza é significada e não dada, por exemplo, ao se falar em consanguinidade. Carsten propõe que pensar parentesco e gênero juntos nos auxilia a pesquisar a dinâmica da relacionalidade, termo atribuído ao laço parental resultado do processo cotidiano. É assim que analiso os dados trazidos.

Por questões culturais, temos a família nuclear burguesa como referência quando tratamos de parentesco e isto interfere no nosso olhar para as classes populares. Cláudia Fonseca (2000) fez uma breve revisão da discussão. Ela considera que pensar a aliança familiar nas classes populares como estratégia de sobrevivência produziu questões interessantes, como a noção de pluripaternidade (serial monogamy). Esses termos concebem que a mulher aumenta sua rede social para agilizar ajuda. Apesar disso, ela continua sua reflexão, isto reduz o laço das mulheres pobres à uma dimensão utilitarista, onde elas procurariam maridos como estratégia de sobrevivência (FONSECA, 2000, p.60).

Enquanto pensava nas situações das mulheres no meu campo, vivia este conflito, de estar entre as condições materiais de existência ou focar na autonomia feminina. Por uma perspectiva feminista, devemos ir além de reconhecer as relações de poder para podermos perceber a agência feminina para lidar com essa desigualdade que ela sofre.

Estruturalmente, nós somos um grupo que, quanto mais assina papéis declarando conjugalidade, mais goza de direitos civis. Estamos inseridos numa cultura que só em 2003 retirou do código civil o poder do homem de cancelar casamento com mulher já “deflorada”.

E essa vigília da sexualidade feminina, ainda presente na nossa cultura, têm suas consequências quando se trata de parentesco, paternidade e mãe solteira, especialmente nas classes populares.

Na Grotta, as vizinhas, cumadres e filhas jovens são uma rede de cuidado com as crianças, que se revezam de acordo com que cada uma esteja ou não empregada. Elas também fiscalizam mutuamente o serviço, avaliando se a babá tem sido paciente, higiênica e principalmente se há igualdade no trato entre sua prole e a das outras. Essa vigília da igualdade recai sobre recasamentos, onde há padrastos e madrastas na relação com filhos biológicos e enteados. Este círculo de vigília rompe as fronteiras da casa e se estende entre a vizinhança, podendo a comunidade, às vezes, ser percebida como uma grande família quando se trata de crianças. Para citar alguns exemplos, as mulheres acessam umas as outras quando se precisa resolver algo, lançando mão das trocas de objetos e serviços para

o cuidado infantil ou para obter roupas, sapatos, dinheiro ou tratamentos de beleza. Também nos churrascos feitos coletivamente, os gastos das crianças são divididos entre todos, independente da quantidade de filhos de cada um. A igualdade no trato com as crianças é um aspecto importante para o grupo e é avaliada pelo carinho, paciência, educação e especialmente alimentação igual, o que se aplica também para os casos de filhos não consanguíneos. Como os recasamentos são comuns e também é comum uma moral patriarcal onde os homens não devem cuidar dos filhos de outro, a vigília para a igualdade entre a prole, consanguínea ou não, é uma função necessária assumida pelas mulheres. Para isso, mães solteiras escudam seus novos relacionamentos com a máxima “para gostar de mim, primeiro tem que gostar dos meus filhos”, uma frase que nos diz muito sobre estas mulheres. Foi assim com minha mãe, minhas tias, com a Maria, com a Pauline e suas irmãs, com a Neila e as irmãs dela e todas as mães solteiras que conheci na Grota. Isto é passado entre gerações, pois mães solteiras jovens também bradam a mesma máxima quando estão em situação de assumir um novo relacionamento. As mães solteiras, de um modo geral, são chefes de família e essas duas características lhes tornam figuras mais empoderadas que as mulheres que têm filhos biológicos do mesmo homem com o qual estão casadas. Talvez pelo fato da figura masculina estar ausente, o que lhes permite mais autonomia, e talvez, pela experiência de chefiar sua própria família lhes ter fortalecido a trajetória, lhes trazendo uma auto percepção de suas capacidades. Esta última pode ser percebido em diversas falas. Quando estas mulheres vão contar suas histórias, elas exaltam o fato de terem sustentado sozinha os filhos e de não ter homem lhes dizendo o que podem ou não fazer.

**“O que ela tem de trabalhadeira, ela tem de malcriada”**

**(frase de interlocutor se referindo à sua cōnjuge)**

A história mostra que, diferente dos enlaces matrimoniais de classes mais abastadas, o segmento popular não se unia motivado pelo peso da propriedade privada e também não tinha condições de aderir ao modelo familiar onde o homem sustenta toda a família (SOIHET, 2004, p.368). Toda a estrutura e modo de vida dessa população era diferente, mesmo que em alguns momentos se perceba uma influência da cultura dominante. E, como

Soihet comprova nos documentos judiciais, a rua era o espaço de lazer dessa população, de trabalho da mulher (geralmente resumida à vendas de comida, prostituição e esmola):

[...]As atividades das mulheres populares desdobravam-se em sua própria maneira de pensar e de viver, contribuindo para que procedessem de forma menos inibida que as de outra classe social, o que se configurava através de um linguajar mais solto, maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões.[...] E, apesar de todas as precariedades de seu cotidiano, assumiam a responsabilidade integral pelos filhos, pois “maternidade era assunto de mulher” (SOIHET, 2004, p.367)

Além do trabalho feminino, Soihet considera que a prática de liberdade sexual dessas mulheres leva a “confirmar a ideia de que o controle intenso da sexualidade feminina estava vinculado ao regime da propriedade privada” (2004, p.368). Então me pergunto como estas diferenças destacadas podem se converter em diversas formas de ser mulher, pensando a interceccionalidade para características perceptíveis em etnografias que tratam do tema. Quando discutimos, por exemplo, recasamentos, instabilidade conjugal e por consequência, a chefia de famílias por mulheres, para tratar de parentesco, estamos tocando nesta história.

Retomando esta história e olhando a atualidade, devemos pensar como se dão os laços conjugais neste grupo. Sem estabilidade conjugal e sem condições para que apenas o homem sustente todos os membros, além do comum abandono paterno, chegamos à mulher que chefia sua família. Além disso têm havido, mesmo que lentamente, uma abertura cultural maior para a imagem da mãe solteira, não mais como vergonha mas como símbolo de luta.

Como parte histórica das classes populares brasileiras, estes aspectos são fundamentais para nossa formação cultural. Essas diferenças aparecem nas negociações conjugais que tais mulheres fazem dentro do casamento, buscando uma relação mais equânime ou benéfica. Uso os termos do interlocutor José para dizer, “o que ela tem de trabalhadeira ela tem de malcriada”, que parece representar bem a mulher que trabalha fora.

A predominância da instabilidade conjugal aparece, em muitos momentos, associada às classes populares (FONSECA, 2000, p.58). Só quando saí do campo me dei conta da importância da trajetória de minha principal interlocutora, a Maria. Vou usar especialmente sua história pois percebo como ela representa as demais interlocutoras chefes de família. A

Maria sempre foi chefe de família. Teve duas filhas e dois filhos de três relações anteriores, pouco estáveis, relação das quais os homens saíram sem assumir a responsabilidade paterna. O primeiro, há cerca de 22 anos atrás, pai de suas duas meninas, lhe batia e, quando ela criou coragem, fugiu para outra cidade. Este pai não era violento com as meninas e rejeitava essa possibilidade, segundo Maria, apesar de repulsar a mais nova por ter nascido mulher. Sabendo que elas estariam a salvo da violência dele, Maria foi viver um tempo sozinha em outra cidade, deixando suas meninas aos cuidados da sogra. Só retornou quando este homem tinha sido assassinado, mas não retomou os cuidados das filhas neste momento, deixando - as com a ex-sogra. Estas filhas vieram morar com ela quando eram adolescentes, no fenômeno que Cláudia Fonseca (1990) chama circulação de crianças.

Neste meio tempo, teve dois filhos com homens diferentes. Estes homens não eram violentos e não se recusaram a assumir os deveres da paternidade. O motivo da separação, segundo ela, é que não sentia nada por eles e se afastou, escolhendo cuidar dos filhos sozinha. O que me lembro de Maria é que sempre trabalhou como doméstica. Uma de suas patroas durante anos, uma desembargadora, não assinou sua carteira e só lhe pagou todo o “equivalente” dos direitos em dinheiro. Quando estive em campo ela estava numa situação de trabalho bastante precária novamente, em trabalho informal, como ainda é comum (CARVALHO, 1998). Recebia 600 reais mensais para limpar, cozinhar e cuidar de um senhor. Não tinha nenhum direito trabalhista assegurado e como se não bastasse, o empregador vivia lhe atrasando o pagamento. Quando ela trabalhava, parte do serviço doméstico de sua casa era dividido com o marido e os seus filhos, quando ela não estava empregada, ela cuidava sozinha da casa. Seus filhos, exceto a caçula, não tem o costume de tratá-la por mãe, mas a respeitam como tal. O cônjuge atual de Maria tem histórico de cometer violência doméstica contra uma ex companheira com quem teve um filho, e com Maria existem algumas ocorrências em que eles se “pegam na mão”, porém ela era conhecida como uma das que se defende à altura. Ao se comparar com a ex, isto se tornava um diferencial elogioso. Ela sempre gostou de sair com amigas para dançar e beber. Sempre foi independente financeiramente e grande parceira de troca entre mulheres. Os detalhes de sua trajetória vão nos mostrar um pouco de como a mulher da classe popular pode levar sua vida, e nos permitir olhar mais de dentro as relações de parentesco.

Tratando da desigualdade de gênero, sabemos que a hierarquia social da relação homem/mulher se acentua na vida conjugal. Para Maria, ajudar, ou não, financeiramente

em casa, está atrelado à perda de sua autonomia quando era chefe de família. Mesmo que seus dois filhos de leitos anteriores morem com eles, ela define que o parceiro, Pedro, deve bancar a casa. Ela considera que, se for para sustentar a casa, ela fará isso solteira pois solteira ela tem outras benesses que o casamento retira. Percebi que ela não deixa de trabalhar porque é obrigação do homem, mas é obrigação do homem porque ela deixa de trabalhar. Ou seja, no sentido de reciprocidade, ela sabe que a conjugalidade retira a autonomia. Se for pra trabalhar, ela prefere ser solteira, e notemos que isso, estar solteira, não é um problema como poderíamos supor na crença de que o homem é um bem primordial na vida destas mulheres, ou se naturalizamos a família nuclear. A solteirice é uma possibilidade de autonomia, não apenas financeira mas a de ir e vir em todos os seus âmbitos. Ouvi uma conversa de Maria com uma amiga antiga, na qual as duas descreviam como a saída para forrós, as trocas e sua amizade de um modo geral foi afetada pelo casamento de Maria. Maria concorda com a amiga sobre sua ausência nas atividades de solteira: “Nisso ce ta certa mesmo. Eu mudei foi tudo, acabei foi com tudo. Eu mudei completamente. Eu deixei de ser aquela Maria.” A troca do casal formado por uma mulher que sabe chefiar sua família pareceu justa: Pedro bancava a casa e ela os permitia estabilidade enquanto casal deixando de fazer coisas que os separaria. Gostaria de deixar este ponto claro: a mulher não está se trocando por sustento. Ela está trocando sua liberdade de solteirice (estabilidade pessoal) por estabilidade conjugal, esta última uma escolha tão razoável quanto a primeira, já que estas mulheres têm consciência dos prós e contras para fazerem tal escolha. Esta mulher conhece as dores e as delícias de ser chefe de família, ela sabe exatamente o que significa trabalhar sendo solteira e sendo casada. Esta é a ancoragem proposta para explicar a instabilidade destes casais: a mulher sabe “se virar muito bem” solteira, e um grande numero experimentou ser chefe de família. O valor que a autonomia têm para estas mulheres que já chefiaram família as leva a não ficar em casamentos inadequados. Se Maria se encontrava numa relação agora, é porque nutria sentimentos pelo parceiro atual, como ela deixou claro. Por esse sentimento, ela ainda estava escolhendo sua estabilidade. Quando o relacionamento estava na berlinda, ela demonstrava empolgação com a possibilidade de voltar a morar sozinha e se bancar, o que mudava com a reconciliação.

Ainda assim, ela usava de estratégias para não abrir mão totalmente de sua autonomia. Como Maria gostava de tomar sua cerveja no fim de semana, e isso trazia conflitos no

casamento, ela sempre fazia no mínimo uma faxina por semana para ter dinheiro para esse prazer. Assim ela podia dizer: “Por isso não deixo de trabalhar. Minha cerveja e cigarro é sagrado”. Então o dinheiro ainda era o fator que sustentava a sua independência, porém era necessário em menor quantidade, direcionado apenas para seus pequenos luxos e não para a manutenção doméstica. Ainda assim, pela estabilidade conjugal, ela tentava amenizar a prática de ir para o bar. Para isso ela procurava beber perto de casa e disseminar fofocas positivas a seu respeito, ou seja, fazer alguém comentar com seu marido que ela estava bebendo em boa companhia e que estava tudo tranquilo, coisas do gênero. Suas amigas faziam a mesma coisa quando estavam em igual situação, barganhando sua liberdade ao manejar situações de desigualdade de gênero para manter a estabilidade conjugal.

Um aspecto importante destas escolhas de Maria para seus laços envolve a possível separação do casal. Quando o casal se desentendia, a família chegava no acordo de que só Maria sairia da casa. Assim Pedro cuidaria da sua filha consanguínea e também dos filhos de Maria, seus enteados adolescentes. O fato dos rapazes desejarem ficar com ele lhe dava satisfação e também estava envolto de uma disputa de poder com Maria, já que os filhos biológicos dela preferiam ficar com o padrasto. Pedro numa ocasião me disse que ouvia de alguns homens que ele era doido de criar filho marmanjo de outro. Ele disse que fazia isto com prazer pois os rapazes o respeitavam e não estavam no caminho das drogas. Então, neste caso, o laço parental se deu de forma processual e independente da consanguinidade. Na verdade esta organização contrariava a lógica da consanguinidade, pois os rapazes preteriram a mãe. Mesmo assim, Maria reclamava de forma debochada, ao dizer que ela que era mãe e eles preferiam o Pedro. Ela ostentava um certo orgulho de estar casada com um homem que se dava tão bem com seus filhos que chegavam à preferí-lo.

Outras relações parecidas aparecem na comunidade, e vou me ater ao caso de Maria porém falarei de uma recorrência interessante em outros casos. Muitas famílias na Grota fortalecem seus laços fora da consanguinidade e pais assumem os filhos das companheiras com zelo e orgulho. Porém isto entra em conflito nas situações em que se discute partilhas de bens. Nestes momentos aparecem as acusações de que uns filhos são ilegítimos e outros não, levando à brigas físicas e ofensas pessoais.

Entendo que este fato confirma que a consanguinidade como argumento para a legitimidade do parentesco está associada ao regime de propriedade privada e é uma moral emprestada da cultura dominante. A não consanguinidade é usada em situações



emergenciais, que envolvem outras mágoas e que serve para lembrar: “Você trata como seu filho, mas não é”. Estas mágoas, em pelo menos 4 casos que registrei, estavam envoltos de discussão de bens.

Porém, no dia seguinte, o conflito ia se dissipando e as relações de parentesco permaneciam como foram construídas, um laço afetivo dado no processo, nos termos de Carsten, onde a igualdade entre a prole é um comportamento preferido e vigiado e onde o afeto não está ligado à consanguinidade.

Penso que isto, de algum modo, está ancorado na realidade de mulheres chefes de família, donas de uma autonomia e experiência de vida que as tornam capazes de exigir o amor dos cônjuges pelos filhos que elas já possuem. Esta agencia feminina subverte as relações baseadas na consanguinidade, um valor patriarcal de controle da sexualidade feminina, e pode ser visto como um processo em andamento, que valoriza inclusive a imagem da mãe solteira.

Apresentei brevemente dados para esta possível leitura de instabilidade conjugal, ideia que pretendo aprofundar em outra ocasião. Mas creio que a partir disso podemos levantar questões interessantes sobre a contribuição das mulheres pobres à transformação cultural dos laços de parentesco.

### **Referências Bibliográficas:**

BARROSO, Carmen. Sozinhas ou mal-acompanhadas: a situação das mulheres chefes de família. Anais do Encontro Nacional da AMBEP, Campor de Jordão, 1978, pp.457 – 472  
CARSTEN, Janet; Gender, bodies and Kinship. In: After Kinship. Cambridge: CUP, 2004, p.57-82

CARVALHO, Luiza. M.S. A Mulher Trabalhadora na Dinâmica da Manutenção e da Chefia Domiciliar. Revista estudos feministas, v.6, n.1, 1998, 27p. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12032/11309> Acesso em: 09/03/2016

FONSECA, Cláudia. Ser Mulher, mãe e pobre In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004 p: 510 - 553.

FONSECA, Cláudia. Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. 245 p.

FONSECA, Cláudia. Crianças em circulação. **Ciência Hoje**, v. 11, n. 66, p. 33-38, 1990.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e a violência no Brasil Urbano. In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004 p:362 - 400.